



Aprimoramento metodológico
do impacto primário do
FIES

Discrepância Estatística do Governo Central

Brasília, 18 de julho de 2017

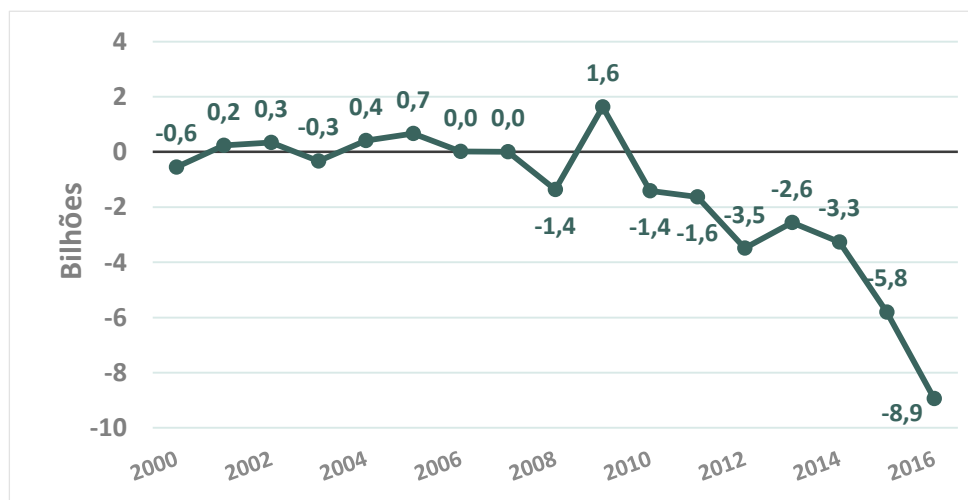
Discrepância Estatística do Governo Central

Resultado Primário “acima” x abaixo” da linha (R\$ milhões)

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RESULTADO GOVERNO CENTRAL - "ACIMA-DA-LINHA" - STN	78.772,9	93.523,6	88.262,5	76.993,6	-17.210,6	-114.740,8	-154.255,4
RESULTADO GOVERNO CENTRAL - "ABAIXO-DA-LINHA" - BCB	78.723,3	93.035,5	86.086,0	75.290,7	-20.471,7	-116.655,6	-159.473,4
DIFERENÇA ENTRE OS RESULTADOS STN e BCB	-49,6	-488,1	-2.176,6	-1.702,9	-3.261,1	-1.914,8	-5.218,0
AJUSTE METODOLÓGICO*	1.357,9	1.137,9	1.313,8	858,4	0,0	3.888,4	3.721,9
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA NÃO EXPLICADA	-1.407,5	-1.626,0	-3.490,3	-2.561,3	-3.261,1	-5.803,2	-8.939,9

* Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

A STN e o BCB mantêm permanentes esforços em suas equipes técnicas objetivando minimizar a discrepância estatística entre o resultado primário acima e abaixo-da-linha.



Discrepância Estatística do Governo Central

- A STN e o BCB intensificaram os trabalhos de investigação de causas de discrepância estatística dado o comportamento atípico observado em 2016.
- O Programa FIES foi identificado como principal causa da discrepância estatística “não-explicada”:
 - FIES não impactava o resultado primário “acima-da-linha” (STN) pois é classificado no orçamento como despesa financeira (indicador de RP = 0);
 - FIES impactava o resultado primário “abaixo-da-linha” pois a execução de financiamentos tem superado o aumento dos ativos financeiros informado ao BCB pelos bancos operadores (BB e CEF);
- STN e BCB estão realizando aprimoramento metodológico para refletir adequadamente o impacto primário do FIES tanto acima quando abaixo-da-linha.

Resultado Primário do Governo Central pode ser apurado “acima” ou “abaixo-da-linha”:

- *Ótica acima-da-linha: pondera receitas e despesas primárias (STN).*
- *Ótica abaixo-da-linha: evolução de saldos de ativos e passivos financeiros que compõem a DLSP (BCB).*

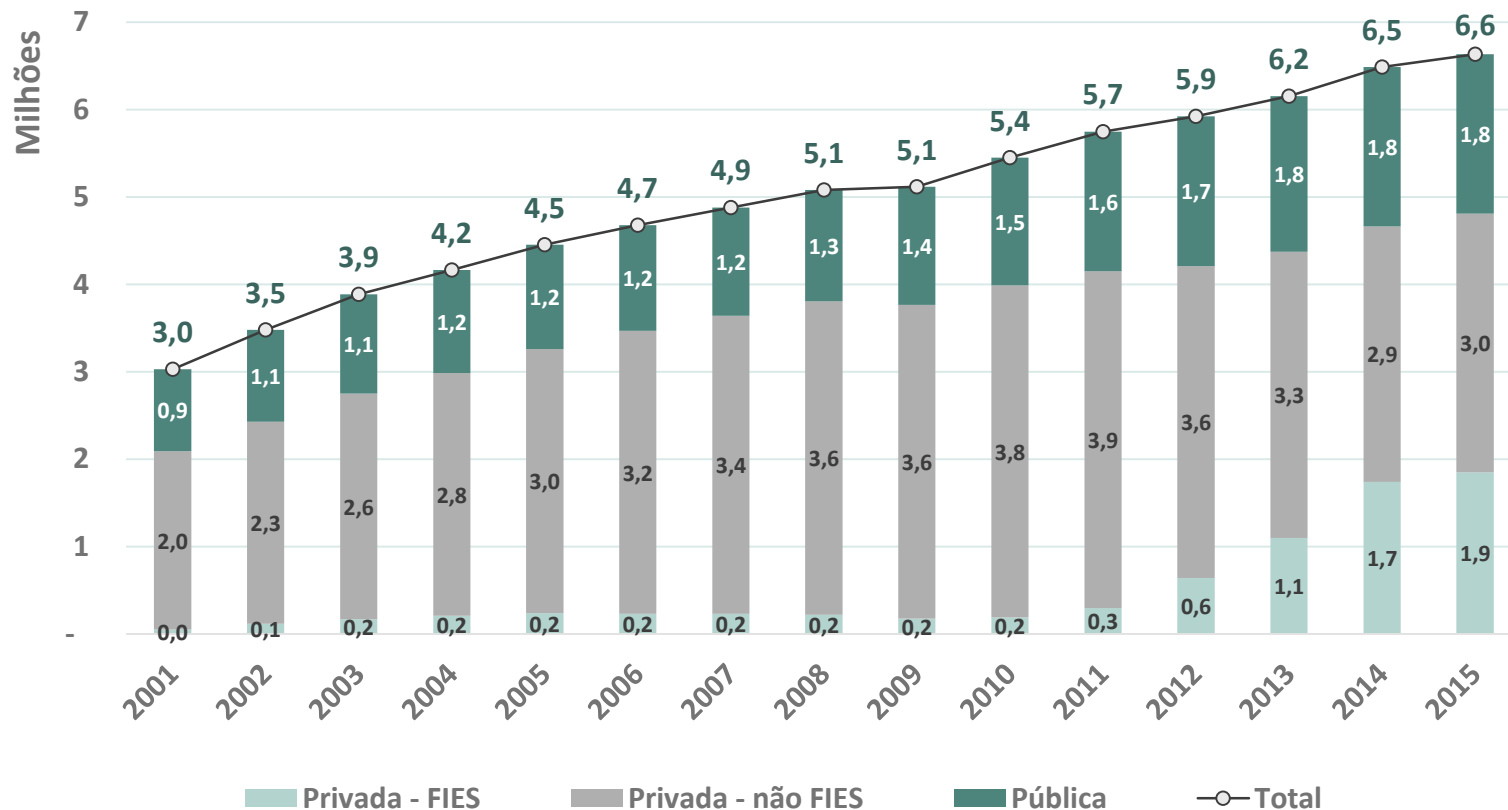
A STN e o BCB mantêm permanentes esforços em suas equipes técnicas objetivando minimizar a discrepância estatística entre o resultado primário acima e abaixo-da-linha.

Evolução de Matrículas no Ensino Superior

Contribuição do FIES



Estoque de matrículas (em milhões) - Pública x Privada (FIES e não FIES)



A partir de 2009 houve:
 i) expansão da rede pública de Ens. Sup.
 ii) forte ampliação do Programa FIES.

O número de novos financiamentos FIES ultrapassa o total de novas matrículas no segmento privado sem FIES.

A forte elevação do FIES contribuiu pouco para o aumento da taxa de novas matrículas na rede privada, pois parte das novas matrículas nas IES privadas ocorreria mesmo sem o FIES.

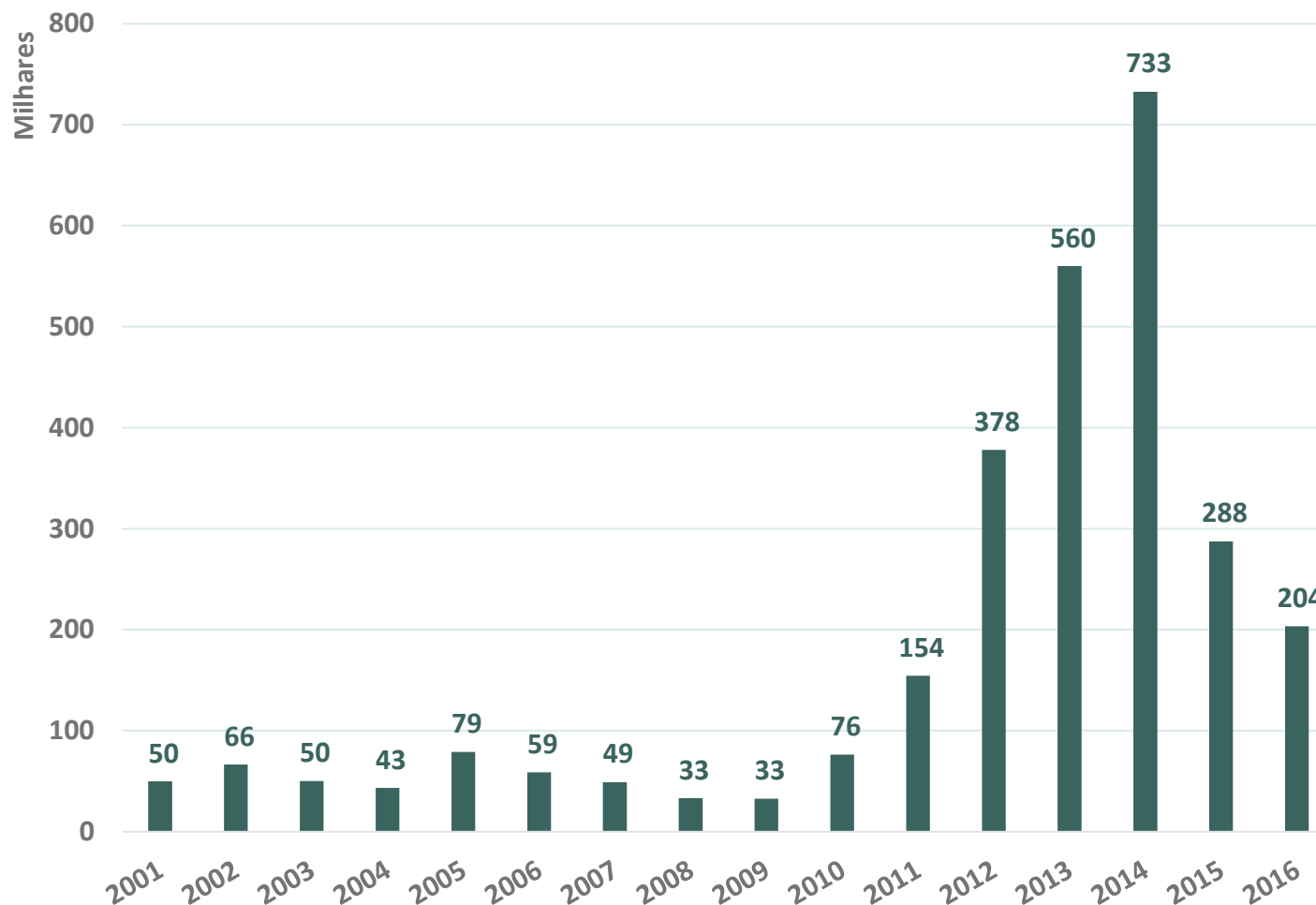
Fonte: INEP, SisFies e Caixa.

Obs: FIES - privados: contratos em utilização, observados de 2013 a 2015 e calculados para os demais anos.

Evolução Recente do FIES



Quantidade de Novos Contratos - FIES



Desde 2010, o FIES financiou mais de 2,5 milhões de estudantes.

A expansão é explicada pelas mudanças ocorridas no Programa a partir de 2010.

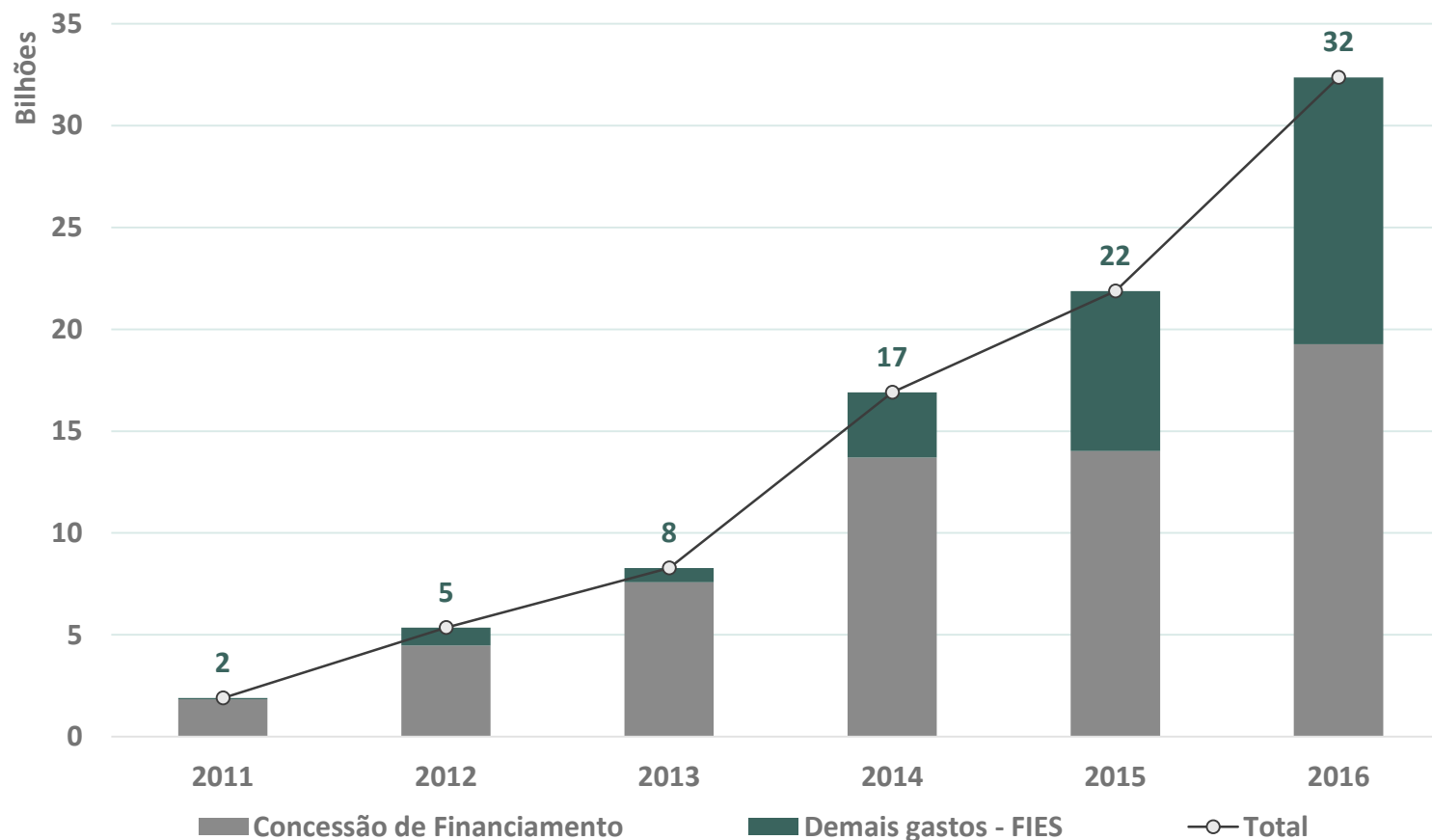
O FIES passou a dispor de condições financeiras mais benéficas para o estudante e houve relevante transferências dos riscos ao setor público.

Dimensão do FIES

Sobre as Contas Públicas



Ônus Fiscal do FIES



Demais gastos incluem o diferencial entre taxas de juros; despesas administrativas; aportes no FGEDUC e cobertura de inadimplências.

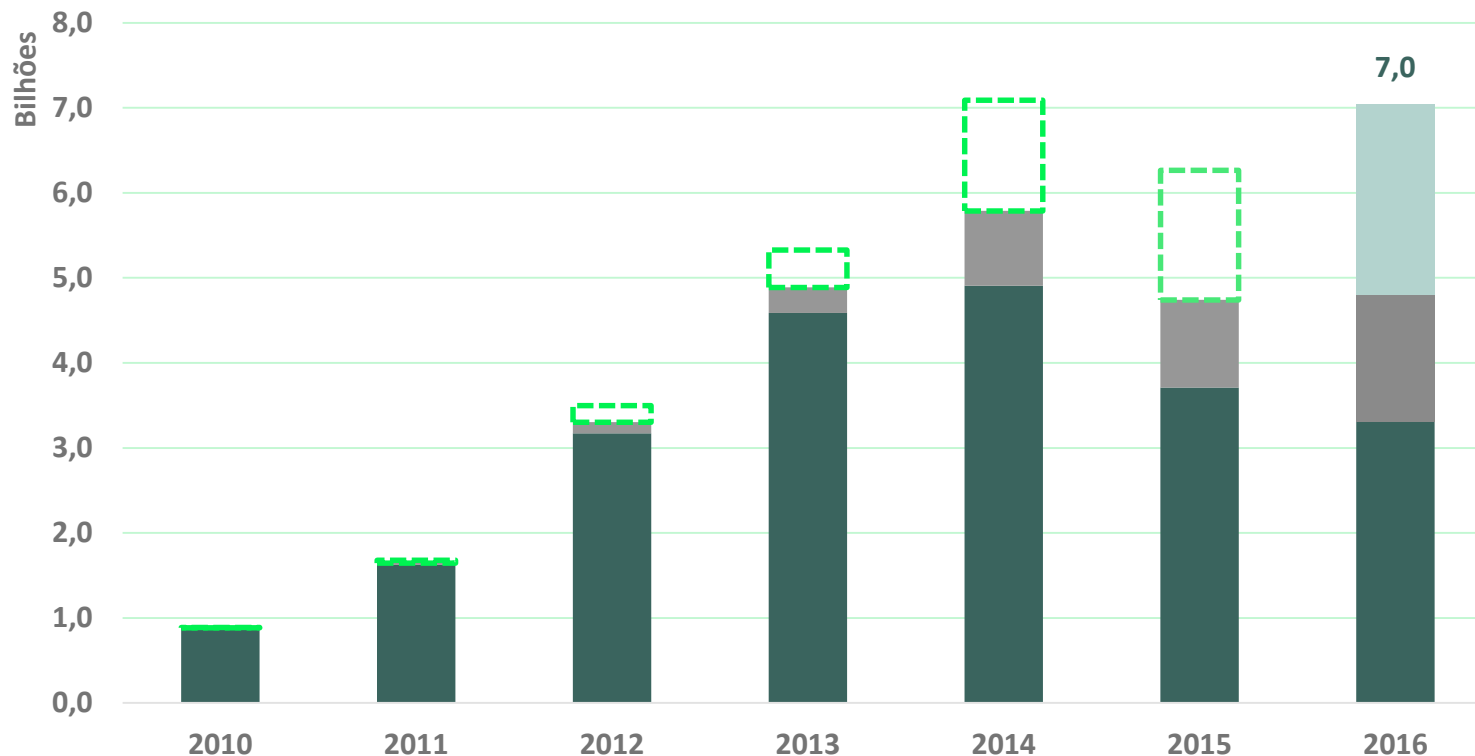
Alterou-se a percepção da sociedade sobre a restrição fiscal do FIES, passando a falsa impressão que não aumentaria os riscos fiscais e o endividamento do setor público.

No final de 2016, o saldo de operações de financiamentos concedidos totalizou R\$ 61,9 bilhões.

O ônus fiscal do Fies, considerando-se todos os custos, totalizou R\$ 32,3 bilhões em 2016. A trajetória crescente indica claro problema de falta de sustentabilidade fiscal do programa.

Discrepância Estatística do Governo Central: Aprimoramento Metodológico do FIES pela ótica “acima-da-linha”

Série histórica de 2010 a 2015 será calculada/concluída quando os dados de inadimplência vigentes em cada ano forem apurados pelo FNDE



- Índice de inadimplência sobre concessão de financiamento - 90% risco garantido pelo FGEDUC
- Net Lending - 10% risco não garantido pelo FGEDUC
- Net Lending das operações sem garantia do FGEDUC

Aprimoramento metodológico “acima-da-linha”:

- *As concessões de financiamento SEM garantia do FGEDUC: impacto primário “Net Lending” (desembolsos menos reembolsos dos financiamentos).*
- *10% das concessões de financiamento COM garantia do FGEDUC: impacto primário “Net Lending” (desembolsos menos reembolsos dos financiamentos).*
- *90% das concessões de financiamento COM garantia do FGEDUC: impacto primário correspondente ao índice de inadimplência sobre fluxo de desembolsos.*

Discrepância Estatística do Governo Central: Aprimoramento Metodológico

Resultados sob as óticas “acima” e “abaixo-da-linha” (R\$ milhões)

Discriminação	2016
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL "ACIMA-DA-LINHA" - STN	-154.255,4
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL "ABAIXO-DA-LINHA" - BCB	-159.473,4
DIFERENÇA ENTRE OS RESULTADOS ABAIXO E ACIMA-DA-LINHA	-5.218,0
AJUSTE METODOLÓGICO*	3.721,9
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA NÃO EXPLICADA	-8.939,9

“Net Lending” FIES:
R\$ 7.042,6

Discriminação	2016
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL "ACIMA-DA-LINHA" - STN	-161.298,0
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL "ABAIXO-DA-LINHA" - BCB	-159.473,4
DIFERENÇA ENTRE OS RESULTADOS ABAIXO E ACIMA-DA-LINHA	+1.824,6
AJUSTE METODOLÓGICO*	3.721,9
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA NÃO EXPLICADA	-1.891,3

* Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

* Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

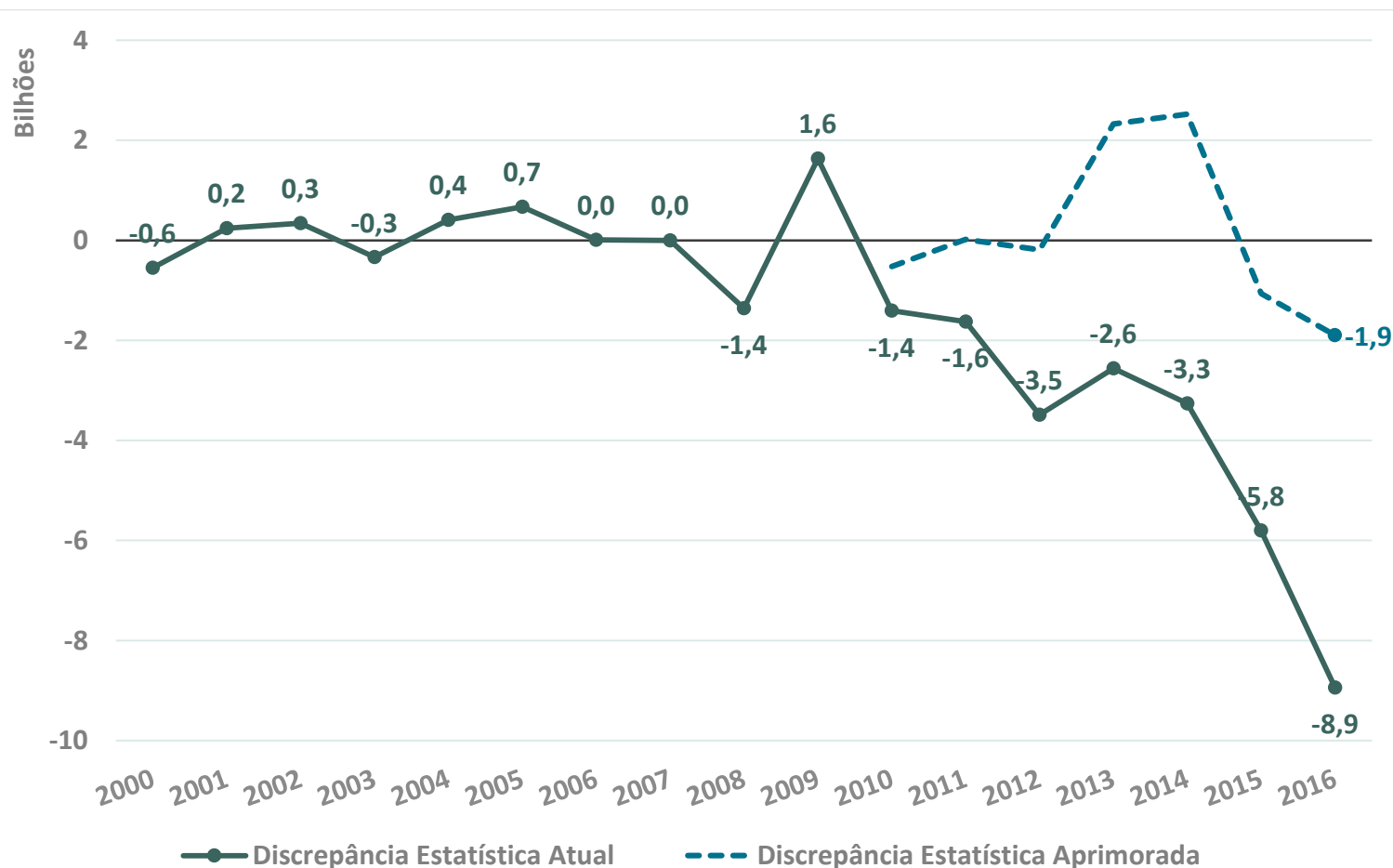
Metodologia de cálculo do Resultado Primário do Governo Central pela ótica “acima-da-linha” será aprimorada pela STN:

- “Net Lending” do FIES será incorporado ao grupo “Outras Despesas Obrigatórias”.
- As séries de resultado primários serão revisadas até 2010.

O BCB também realizará aprimoramento da metodologia “abaixo-da-linha”.

Discrepância Estatística do Governo Central: Aprimoramento Metodológico

Discrepância não explicada: Divulgada x Aprimoramento Metodológico



A principal fonte de discrepância entre as óticas “acima” e “abaixo-da-linha” nos últimos anos decorreu de diferenças no registro do programa FIES.

Com o aprimoramento metodológico a discrepância será minimizada.

Caso o BCB retroagisse a série, a meta da LDO continuaria sendo cumprida. O resultado primário para fins de verificação do cumprimento da meta estabelecida na LDO é o apurado pela ótica “abaixo-da-linha”.

Inadimplência da carteira do FIES

Fase de Amortização

Definição de índice de inadimplência

Saldo Devedor BB + CEF - Mês referência Fevereiro/2017

Dias de atraso	Saldo devedor total em amortização (R\$ milhões)	Saldo devedor da carteira inadimplente em fase de amortização (R\$ milhões)	% do saldo devedor da carteira inadimplente frente ao saldo devedor total em amortização	% do saldo devedor da carteira inadimplente frente ao saldo devedor total em fase de amortização (Acumulado)
1 a 15	5.290,5	464,4	8,8%	48,3%
16 a 30		563,9	10,7%	39,5%
31 a 60		102,2	1,9%	28,9%
61 a 90		91,9	1,7%	26,9%
91 a 120		116,2	2,2%	25,2%
121 a 150		23,7	0,4%	23,0%
151 a 180		21,3	0,4%	22,6%
181 a 360		302,8	5,7%	22,2%
Superior a 360		869,6	16,4%	16,4%

Conforme o Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo – FGEDUC:

“Art. 21. A honra da garantia relativa ao saldo devedor da operação inadimplida, observados os encargos de normalidade do financiamento e o percentual de que trata o art. 18, será solicitada pelo agente operador do FIES, **após decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos da inadimplência, verificada a partir da fase de amortização do financiamento.**”

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal – EC nº 95/2016

Brasil – 2016/2017 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central, apuradas pelo critério de "valor pago"

Discriminação	Atual	Aprimorado	Jan-Mai (Aprimorado)		Variação Nominal (Jan-Mai)
	2016	2016	2016	2017	
I. DESPESA TOTAL	1.251.076	1.258.119	478.220	496.032	3,7%
I.1 Benefícios Previdenciários	520.764	520.764	192.081	215.828	12,4%
I.2 Pessoal e Encargos Sociais	258.577	258.577	96.069	112.222	16,8%
I.3 Outras Despesas Obrigatórias	207.474	214.517	91.867	82.091	-10,6%
FIES		7.043	3.017	1.408	-53,3%
I.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	264.261	264.261	98.202	85.892	-12,5%
II. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016	44.362	44.362	17.795	13.231	-25,6%
Fundeb (complementação União)	13.675	13.675	6.812	6.605	-3,0%
FCDF	12.027	12.027	5.038	5.242	4,1%
Créditos extraordinários	11.441	11.441	3.626	495	-86,3%
Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições	669	669	30	53	77,3%
Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes	6.549	6.549	2.288	836	-90,7%
III. TRANSFERÊNCIAS INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016	7.670	7.670	2.179	2.905	33,3%
TOTAL DAS DESPESAS E TRANSFERÊNCIAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (I - II + III)	1.214.384	1.221.427	462.604	485.705	5,0%

O aprimoramento metodológico incluirá o “Net Lending” do FIES como uma das despesas sujeitas ao teto da EC nº 95/2016 e permitirá seu acompanhamento mensal.

O total de despesas primárias de 2016 sujeitas ao NRF será alterada de R\$ 1.214.384.410.569 para R\$ 1.221.426.998.648, e o limite para 2017, calculado conforme o inciso I, §1º do art. 107, passará de R\$ 1.301.820.088.130 para R\$ 1.309.369.742.551

Inclusão do “Net Lending” do FIES no Boletim Resultado do Tesouro Nacional – RTN

Tabelas 4.1, 4.2, 9.1 e 9.2 do anexo RTN (material impresso) e 1.4, 4.4 e 4.5 da série de tempo (arquivo disponível em excel no sítio da STN)

Discriminação
IV. DESPESA TOTAL
IV.1 Benefícios Previdenciários
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego
IV.3.2 Anistiados
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM
IV.3.4 Auxílio CDE
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha
IV.3.10 Convênios
IV.3.11 Doações
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)
IV.3.14 Fundo Constitucional DF
IV.3.15 FDA/FDNE
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)
IV.3.17 Reserva de Contingência
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro
IV.3.21 Transferências ANA
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL
IV.3.23 FIES
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes

A incorporação do “Net Lending” do FIES no RTN ensejará a inclusão de rubrica específica nas tabelas (anexos e série de tempo do RTN).

A rubrica será incluída no grupo “Outras Despesas Obrigatórias”.

O “Net Lending” do FIES retroagirá aos exercícios anteriores, implicando em modificação na série do resultado primário.

A partir do mês de junho de 2017 inicia-se o acompanhamento mensal, tempestivo, deste item da despesa.



TesouroTransparente

Visite o portal

*Transparência e dados abertos
de finanças públicas acessíveis à sociedade*

Conheça os novos painéis do Teto de Gastos e de Séries Temporais!

www.tesourotransparente.gov.br